Leis

LEI Nº 14.868, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 637/11, do Deputado José Bittencourt - PDT)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação “João de Barro”, com sede em Itu.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

LEI Nº 14.869, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 874/11, do Deputado Donisete Braga - PT)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Santa Casa de Ribeirão Pires, com sede naquele município.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

LEI Nº 14.870, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 916/11, do Deputado Rodrigo Moraes - PSC)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais “Escola de Cegos Santa Luzia”, com sede em Itu.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo

Atos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 28-9-2012

No processo GG-1.174-01, em que é interessado o Governo do Estado, sobre relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo, nos termos dos arts. 54 e 55 da LC 101-2000: "À vista da manifestação da Secretaria da Fazenda e nos termos dos arts. 54 e 55 da LCF 101-2000, aprovo o Relatório de Gestão do Poder Executivo relativo ao 2º quadrimestre de 2012 - Dados Definitivos, determinando sua publicação."

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2012 - 2º QUADRIMESTRE

LRF, art. 48 - Anexo VII -

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	47.741.498	41,73%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	56.058.888	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	53.255.943	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	163.935.318	143,29%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	228.811.786	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	3.470.285	3,03%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	36.609.886	32,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	352.578	0,31%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	18.304.943	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.008.413	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

Fonte: SIAFEM/SP - Dados Definitivos - CGE/SEFAZ

Nota:

1) A Receita Corrente Líquida apurada no período é de R\$ 114.405.893 mil.

GERALDO ALCKMIN
Governador
CPF: 549.149.068-72

ANDREA SANDRO CALABI
Secretário da Fazenda
CPF: 002.107.148-91

GILBERTO SOUZA MATOS
Contador Geral da Fazenda Estadual
CRC-SP- 190721/0-8

Casa Civil

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução CC-120, de 27-9-2012

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

O Secretário-Chefe da Casa Civil, com fundamento no art. 85, II, do Dec. 51.991-2007, nos termos dos arts. 4º, IV e 5º da Lei 10.064-68, e à vista do parecer 665-92, da Assessoria Jurídica do Governo, resolve:

Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

LEI Nº 14.871, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 957/11, do Deputado Jorge Caruso - PMDB)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a entidade Obras Sociais e Educacionais de Luz (OSEL), com sede na Capital.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

LEI Nº 14.872, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 999/11, da Deputada Ana Perugini - PT)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Vôo Livre, com sede em Dois Córregos.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

LEI Nº 14.873, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

(Projeto de lei nº 1027/11, do Deputado Luis Carlos Gondim - PPS)

Declara de utilidade pública a entidade que esportiva

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Semente do Bem, com sede em Mogi das Cruzes.
Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2012.
GERALDO ALCKMIN
Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania
Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de setembro de 2012.

Resolução CC-121, de 28-9-2012

Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

O Secretário-Chefe da Casa Civil, com fundamento no art. 85, II, do Dec. 51.991-2007, nos termos dos arts. 4º, IV e 5º da Lei 10.064-68, e à vista do parecer 665-92, da Assessoria Jurídica do Governo, resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido no processo CC 111.277-12, discriminados nos seguintes ofícios: Ofs. GT-DEMEX-SS: 320-12, processo Fusesp-86.095-12; 375-12, processo Fusesp-102.010-12; 380-12, processo Fusesp-102.011-12; 382-12, processo Fusesp-102.013-12; 386-12, processo Fusesp-104.442-12; 387-12, processo Fusesp-104.443-12; 392-12, processo Fusesp-104.445-12; 396-12, processo Fusesp-107.763-2012; 402-12, processo Fusesp-109.059-12; 405-12, processo Fusesp-109.060-12; 406-12, processo Fusesp-109.061-12; 407-12, processo Fusesp-109.062-12.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Despacho do Secretário, de 28-9-2012

No correio eletrônico SELJ, de 27-9-12, sobre convênio: À vista da manifestação da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, para os efeitos do art. 1º do Dec. 52.418-2007, e de conformidade com o art. 1º do Dec. 53.325-2008, aprovo a indicação do conveniente constante do quadro, descritos o objeto e valor na seguinte conformidade:

ENTIDADE	OBJETO	VALOR (R\$)
Liga Rio Pardense de Futsal	2º Jogos da Amizade de São José do Rio Pardo	30.000,00

Despachos do Chefe de Gabinete

De 27-8-2012

No processo SPDOC 112413-2012, em que é interessada a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, sobre contratação de empresa especializada para a impressão dos anais dos Encontros Brasileiros de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas 2011-2012: "Em cumprimento ao disposto no art. 26 da LF 8.666-93, ratifico a dispensa de licitação decidida pelo Diretor do Departamento de Administração. "

De 28-9-2012

No processo CC-100328-2011, em que é interessado o Departamento de Infraestrutura, sobre recurso: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o parecer 678-2012, da AJG, com o adendo da chefia, e a manifestação do Diretor Técnico do Departamento de Infraestrutura da Casa Civil (fls. 341/343), conheço do recurso interposto pela Imprensa Oficial do Estado S/A - Imesp para negar-lhe provimento, mantida a decisão recorrida (fl. 317) por seus próprios e jurídicos fundamentos."

No processo CC-6054-2012, em que é interessado o Departamento de Infraestrutura, sobre recurso: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o parecer 677-2012, da AJG, com o adendo da chefia, e a manifestação do Diretor Técnico do Departamento de Infraestrutura da Casa Civil (fls. 304/306), conheço do recurso interposto pela Imprensa Oficial do Estado S/A - Imesp para negar-lhe provimento, mantida a decisão recorrida (fl. 280) por seus próprios e jurídicos fundamentos."

CASA MILITAR

Despachos do Ordenador de Pagamento, de 28-9-2012

Nos termos do art. 5º e do inc. III do art. 29 da LF 8.666-93; do art. 6º da LF 12.799-2008; o inc. II do art. 61 das instruções 1-2008 - (TCE/SP), faz saber o impedimento de pagamento da 2012PD01912, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica da UGE 280106, visto o credor estar inscrito no Cadin Estadual.

Acolhendo as justificativas exaradas nos respectivos processos da UGE 280106, que demonstraram a satisfação do requisito de relevante razão de interesse público, em conformidade com a parte final do art. 5º da LF 8.666-93, para fundamentar o pagamento, independentemente da ordem cronológica, da despesa, já efetuada através do Sistema Eletrônico de Compras (BEC), a seguir indicada.

VENCIMENTO	NÚMERO DE PD	VALOR
3-10-12	2012PD02054	2.799,30
14-10-12	2012PD02125	537,80
17-10-12	2012PD02126	634,60
18-10-12	2012PD02137	1.555,10
18-10-12	2012PD02138	1.909,15
20-10-12	2012PD02136	1.117,00
	TOTAL	8.552,95

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

Despacho do Coordenador, de 28-9-2012

Alterando o contido nos Termos de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO - Processo GG 115.992-2009 - Construção de galeria de águas pluviais no Bairro da Boa Vista

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio CMil-41-630-09, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R\$ 432.340,30, sendo R\$ 343.365,79, que onerarão o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar, e R\$ 88.974,51, relativos à contrapartida Municipal."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

MUNICÍPIO DE BADY BASSITT - Processo GG 83.615-2011 - Canalização de águas pluviais e recuperação de emissário de esgoto na Av. Borboleta, SP-355.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio CMil-28-630-11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R\$ 554.848,73, sendo R\$ 500.000,00, que onerarão o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar, e R\$ 54.848,73, relativos à contrapartida Municipal conforme prescrito no § 1º do art. 1º do Dec. 52.626-08."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

MUNICÍPIO DE IARAS - Processo GG 31.034-2012 - Construção de ponte de sobre o Rio Novo, na Estrada Municipal IRS-020.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio CMil-15-630-12, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará até 30-3-2013, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A

Portaria Imesp-19, de 28-9-2012

O Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado S/A - Imesp,

Considerando a importância de se implementar a política de gestão documental nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, visando à elaboração e à aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos, em conformidade com as disposições da Constituição Federal art. 216, § 2º, dos Decretos nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, nº 29.838, de 18 de abril de 1989, nº 48.897, de 27 de agosto de 2004;

Considerando a importância de identificar e elaborar a tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, condição preponderante para assegurar o acesso à informação, em conformidade com as disposições do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei Federal de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação e define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e pelas entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos estaduais para a realização de atividades de interesse público; considerando a necessidade de reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, designada pela Portaria 11/12 de 05 de julho de 2012, Decide:

Artigo 1º - Reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, diretamente vinculada à Presidência, designando os seguintes funcionários, sob a coordenação do primeiro nomeado:

Cecília Almeida da Natividade – Digitalização e Arquivo
Elaine Rovero Munayer – Gerência de Tecnologia da Informação

Elias Vieira – Gerência de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

Francisco Angeli Serra – Gerência Financeira
Antonio Baroni Neto – Assessoria Jurídica
Ivete Aparecida Malta – Gerência de Produção Industrial
Jurema Vibrão Massaglia – Secretaria Geral
Flávia Brandão – Gerência de Produtos Editoriais e Intstucionais
Eloisa Sturari Nicolae – Gerência de Produtos Gráficos e de Informação

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA tem as seguintes atribuições:

I - Quanto à política de gestão documental:

a) Atuar como interlocutora da Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, por meio de seu Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, de modo a disseminar as normas e procedimentos técnicos em seu âmbito de atuação, solicitando orientações sempre que necessário;

b) Elaborar proposta de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades-fim da Imprensa Oficial, em conformidade com as orientações do Departamento de Gestão do SAESP, caso a Imprensa Oficial ainda não tenha oficializado seus instrumentos de gestão documental;

c) Orientar a implementação da política de gestão documental e efetiva aplicação de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos, inclusive em relação aos documentos digitais;

d) Consultar, em caso de dúvida, a Procuradoria Geral do Estado acerca das ações judiciais encerradas ou em curso nas quais a Fazenda Estadual figure como autora ou ré, para que se possa dar cumprimento aos prazos prescricionais e precaucionais de guarda previstos nas Tabelas de Temporalidade de Documentos;

e) Comunicar ao Arquivo Público do Estado a existência de outros documentos de arquivo não indicados no “Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio” para sua inclusão, bem como a necessidade de elaboração de normas e procedimentos que se fizerem necessários para o aperfeiçoamento da gestão documental na Imprensa Oficial;

f) Planejar a revisão periódica do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim;
g) Coordenar a eliminação de documentos em conformidade com as determinações do Decreto nº 48.897/2004 e da Instrução Normativa APE/SAESP nº 02, de 02/12/2010, fazendo publicar no Diário Oficial os devidos Editais de Ciência de Eliminação de Documentos;

h) Propor critérios para orientar a seleção de amostragens dos documentos destinados à eliminação, nos termos da legislação vigente;

II - Quanto à política de acesso:

a) Orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações da Imprensa Oficial, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;

b) Realizar estudos, sob a orientação técnica da Unidade do Arquivo Público do Estado, por meio do seu Departamento de Gestão do SAESP, visando à identificação e elaboração de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais da Imprensa Oficial;

c) Encaminhar ao Presidente da Imprensa Oficial a tabela mencionada no inciso II, alínea b, deste artigo, bem como as normas e procedimentos visando à proteção de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, para oitiva do órgão jurídico e posterior publicação;

d) Orientar a Imprensa Oficial sobre a correta aplicação dos critérios de restrição de acesso constantes das tabelas de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais;

e) Comunicar à Unidade do Arquivo Público do Estado a publicação de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, e suas eventuais alterações, para consolidação de dados, padronização de critérios e realização de estudos técnicos na área;

f) Propor ao Dirigente da Imprensa Oficial a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;

g) Manifestar-se sobre os prazos mínimos de restrição de acesso aos documentos, dados ou informações pessoais;

h) Atuar como instância consultiva do Dirigente da Imprensa Oficial, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a documentos, dados e informações não atendidas ou indeferidas;

III - Informar ao Dirigente da Imprensa Oficial a previsão de necessidades orçamentárias, bem como encaminhar relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos;

IV - Manter registros de seus trabalhos e, quando for o caso, das subcomissões no Processo relativo aos Trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, contemplado na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, oficializada pelo Decreto nº 48.898/2004, sob o código de classificação 06.01.06.01.

Parágrafo 1º - Para o perfeito cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverá se reunir periodicamente e poderá convocar servidores que possam contribuir com seus conhecimentos e experiências, bem como constituir subcomissões e grupos de trabalho.

Parágrafo 2º - Havendo subcomissões, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA deverá propor a sua reestruturação sempre que necessário, bem como prestar orientação técnica, analisar e aprovar a Relação de Eliminação de Documentos, publicar o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos e designar um membro da subcomissão para acompanhar a fragmentação e lavrar o Termo de Eliminação de Documentos.